

Quem Tu Foste? Quem Tu És? E O Que Fazes Aí Sentado?  
Um discurso apologético sobre João Francisco Lisboa,  
o *Jornalista Pena de Ouro*<sup>1</sup>

Alex Silva Costa<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo tem a intenção de fazer um estudo sobre João Francisco Lisboa, um grande intelectual maranhense do século XIX, nascido em Pirapemas, interior do Estado do Maranhão. A pesquisa foi desenvolvida acerca de três perguntas básicas: Quem tu foste? No qual traça um perfil biográfico e bibliográfico sobre o *Jornalista pena de ouro*. Quem tu és? Tem a intenção de mostrar ao leitor através de uma fundamentação teórica diversificada os vários títulos, adjetivos e honras atribuídas a sua figura *post-mortem*. E o que fazes aí sentado? Faz uma crítica sobre a preservação da sua memória e enfatiza o descaso para com a sua monumentalização.

**Palavras-chave:** João Lisboa- Jornalista- Historiador.

## Quem Tu Foste?

Foi João Lisboa o primeiro dos jornalistas maranhenses, e não vemos razão para deixar de dizer que em todo o Brasil nenhum outro se lhe avanteja no primor da forma, na erudição e substância dos escritos. Tinha a eloquência e o saber de Sales Torres Homem, o aticismo e amenidade de Francisco Otaviano. Era uma poderosa organização jornalística (IGNOTUS, 2001, pp. 78-79).

João Francisco Lisboa fora um político liberal, jornalista *pena de ouro*, um grande autodidata que enveredara por conta própria no estudo do Direito e da Filosofia greco-latina. Literato, membro do IHGB, e dentre outras coisas um *pantheon* maranhense.

Nascera em 22 de março de 1812 no distrito de Pirapemas, município de Itapecuru-Mirim do Estado do Maranhão. Descendente de famílias tradicionais ligadas à aristocracia

<sup>1</sup> A pesquisa teve a colaboração da Prof<sup>a</sup>dr<sup>a</sup> Elisabeth Sousa Abrantes (UEMA).

<sup>2</sup> Graduando da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) do Curso de História e Bolsista FAPEMA.

rural instaladas no vale do Itapecuru. Quando criança veio para São Luís dar início a sua alfabetização.

Maria Janotti afirma que não passam de conjecturas as afirmações de Dunshee de Abranches “a respeito de sua participação no movimento da Independência, ocasião em que contava apenas com 10 anos de idade. Sua aparição na vida pública na realidade se positiva mais tarde” (JANOTTI, 1977, p.21).

Com 11 anos de idade, seu pai faleceu e teve que retornar ao interior para junto do seus avós. Em 1827, passado quatro anos de sua ida, voltou à capital da Província, contava com 15 anos e trabalhava de caixeiro no comércio da cidade. Após dois anos em 1829 deixara o serviço do comércio e reiniciava seus estudos, dedicara-se a estudar a área de Humanidades. Foi na época aluno de Latim do professor Francisco Sotero dos Reis, com quem posteriormente travaria batalhas acirradas nos periódicos de São Luís.

Atraiu-se pelas idéias liberais que estavam em alta desde a proclamação da Independência, aos 20 anos começou sua carreira jornalística. E tendo como objetivo criticar o governo conservador publicou o periódico *O Brasileiro*, que circulou de 23 de agosto a 16 de novembro de 1832.

Para Joaquim Serra, João Lisboa fez as suas primeiras armas nesse jornal e relata que “Esse periódico, que apenas durou três meses, trazia no alto uma epigrafe de Jouy: ‘Journalistes de tous les pays, élevez-vous au dessus des préjugés nationaux, dénoncez tous les crimes, nommez touss les coupables’.” (IGNOTUS, 2001, p.79).

No período de 22 de novembro de 1832 a 29 de outubro de 1833 foi redator de o *Farol Maranhense*, Lisboa teve que substituir o seu falecido amigo José Cândido de Moraes e Silva na redação do jornal. Maria Janotti enfatiza que neste jornal, Lisboa ataca os excessos de ambos os partidos, embora fosse simpatizante dos exaltados e declara que o intelectual:

Abandona o jornalismo pela primeira vez em outubro de 1833, escrevendo no último número do *Farol Maranhense* um artigo, dando as razões dessa sua atitude: “por enfado que dão obras periódicas e regulares que por força se hão de escrever, ainda mais quando se anda enjoado de tinta e da pena” (JANOTTI, 1977, p.23).

Em 1834, aos 21 anos de idade, volta de sua terra natal para São Luís, para dar luz novamente a sua escrita jornalística, publica o jornal *Eco do Norte* que circulara de 03 de julho de 1834 a 22 de novembro de 1836. Segundo Joaquim Serra, o mesmo era publicado duas vezes por semana e “tinha como epígrafe este verso de Ferreira: Aquela proveitosa liberdade/De mostrar de mil erros a verdade/E dos mais livre povo já sofrida /E do mais poderoso receada/Por que entre nós será mal recebida?”( IGNOTUS, 20001, p.80).

Segundo Myrcea Conde esse era um “momento de efervescência política, dada às questões referentes ao governo regencial e as reformas constitucionais” (CONDE, 2011, p.24). Já para Maria Janotti esse jornal arregimenta a facção liberal mais importante da província, da qual Lisboa se torna porta-voz, pois “Parece ter sido este período decisivo para que Lisboa alcançasse a proeminência no partido liberal maranhense” (JANOTTI, 1977, p.24). Para Joaquim Serra *O Eco* foi órgão do liberalismo, já então partido forte e organizado, e, além disso:

Não tinha compromissos com os corrinhos e defendia os princípios com calorosa convicção. São notáveis nessa folha os artigos em que censura a declaração da Câmara dos Deputados de que só a ele compete discutir reformas constitucionais; aqueles em que invoca os paraenses revoltosos; as finíssimas pinturas do partido retrógrado; o largo debate sobre nacionalização do comércio por meio de um imposto sobre os caixeiros estrangeiros; e muitos outros que foram trasladados para periódicos das demais províncias (IGNOTUS, 2001, p.80).

No dia 20 de novembro de 1834 casara-se com Violante Luisa da Cunha, que era cunhada de seu grande amigo José Cândido de Moraes. Fora eleito deputado provincial para a primeira legislatura da Assembléia Provincial (1835-1837) com 108 votos, sendo o primeiro sufragado José Miguel Pereira Cardoso com 164 votos.

Em 1835 assumira o cargo de Secretário do Governo Provincial na gestão do presidente Francisco Bibiano de Castro. Teve grande atuação parlamentar, ganhara fama de orador e dedicara-se na causa do déficit de ensino.

Segundo Mílson Coutinho, João Francisco Lisboa demitiu-se do cargo de Secretário “em virtude do covarde assassinato do honrado Raimundo Teixeira Mendes, apunhalado por sicários, em Caxias, e grande amigo de João Lisboa, seu colega, inclusive, de Parlamento Provincial, crime ocorrido em 25 de Novembro de 1837” (COUTINHO, 2008, p.299).

Para Maria Janotti a renúncia de Feijó trouxe novas agitações à província, “levando os conservadores ao poder e desencadeando uma série violenta de represálias políticas, das quais o assassinato de Teixeira Mendes foi uma das mais sentidas e exploradas pelos maranhenses liberais” (JANOTTI, 1977, p.25).

Devido a sua intensa atividade política teria encerrado a publicação do *Eco do Norte* em 1836. Reelegera-se para segunda legislatura de 1838 a 1841. No dia 02 de janeiro de 1838 João Lisboa volta ao jornalismo com a publicação do seu quarto jornal, a *Crônica Maranhense*, que se encerrou em 17 de dezembro de 1840. Utilizara-se deste veículo de comunicação para escrever artigos inflamados contra o Governo, o mesmo foi uma das principais fontes de seu pensamento liberal.

Em 1840 ao findar a segunda legislatura da Assembléia Provincial, o partido liberal o preteriu na lista dos seus deputados, por Isidoro Jansen, filho de Ana Jansen. Lisboa afastara-se temporariamente devido às desilusões decorrentes dessas manobras políticas que o impediram de concorrer à Assembléia-Geral do Império.

No entanto não demorara muito para o ilustre político voltar à cena política, a cerca disso Myrcea Conde enfatiza que Lisboa “retornou a vida política no momento em que houve um reajustamento das facções partidárias na província, sob o que se chamou Liga Liberal Maranhense, a qual objetivava a conciliação das mesmas” (CONDE, 2001, p. 34).

Em 1842 tornara-se redator do *Publicador Maranhense*, que vinculou de 1842 a 1855. Durante esse período, Lisboa escrevera também o gênero folhetim com bastante sucesso. Sendo deste tempo: *A Festa de N.S dos Remédios*, *A Procissão dos Ossos e Teatro São Luís*.

Recusara em 1847 a sua candidatura a Assembléia Geral, no entanto, aceitara para a Assembléia Provincial, no qual fora eleito no período de 1848 a 1849 pelo partido liberal. No ano de 1852, Lisboa publica o *Jornal de Tímon* em 25 de junho, publicação que marcou época nos anais da imprensa maranhense.

Segundo Maria Janotti “obra de difícil classificação pela heterogeneidade de assuntos que contém: crítica de costumes e hábitos políticos, pensamentos e pequenos ensaios, matéria histórica sobre a Antiguidade e sobre o Maranhão” (JANOTTI, 1977, p.29).

O *Jornal de Tímon* principiou a sair mensalmente, *in octavo* de cem páginas. De 1853 em diante saiu ele em volumes de 400 páginas e em periódicos indeterminados. Joaquim Serra assim se refere à obra do jornalista:

Sem fazer o índice da obra, apontaremos, todavia, como trabalhos de um perfeito acabado o ensaio sobre eleições na Antiguidade, Idade Média e tempos modernos, terminando com o quadro da baixa política da terra natal, sátira admirável contra presidentes cabalistas, patuléia eleitoral e torpes manejos de degradada imprensa (IGNOTUS, 2001, p.82).

Em 04 de setembro de 1855, transfere-se com a esposa e a afilhada para o Rio de Janeiro e passa a colaborar no *Correio Mercantil*, na secção do Foro, analisando as decisões dos tribunais, e no *Jornal do Comércio* na secção de política geral. Nesse mesmo ano fora designado para substituir o poeta e conterrâneo Gonçalves Dias nos estudos dos arquivos portugueses, selecionando os de interesse para o Brasil. Foi a partir daí que conhecera vários países da Europa, como Bélgica, Inglaterra, Itália, França e Espanha. Segundo Myrcea Conde:

Em 1859 voltou a São Luís, numa visita sentimental e de trabalho durante seis meses, retornado a Portugal, a fim de integrar-se novamente a Comissão encarregada de colher documentos de interesse do Brasil, ficando neste posto até julho de 1862 quando foi dispensado (CONDE, 2001, p.35).

Em 1862, João Lisboa estava moribundo, mas não se entregava a doença e ainda lutava fazendo estudos e realizando pesquisas, mas o dia 26 de abril de 1863 ficara diferente e entraria para a história, porque o *Tímon Brasileiro* falecera em Lisboa. Posteriormente seus restos mortais foram trasladados para São Luís a bordo do navio *Angélica I*, desembarcando em solo maranhense a 15 de maio de 1864.

Quando os restos mortais do *Phanteon Maranhense* chegaram, foram “sepultados na capela-mor do convento do Carmo, de onde foram exumados a 25 de abril de 1911, para o Cemitério Municipal, e, de lá, para a base onde repousa sua estátua no antigo Largo do Carmo, onde é hoje a Praça João Lisboa” (COUTINHO, 2008, p.300).

## Quem Tu És?

É patrono da cadeira nº18, da Academia Brasileira; 11, da Academia Maranhense; e 18, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão. Sílvio Romero, um dos mais abalizados estudiosos da literatura brasileira, concede prêmio ao fundador da moderna crítica brasileira, João Francisco Lisboa, conferindo-lhe o título de *Príncipe dos Historiadores Brasileiros* (COUTINHO, 2008, p.300) (grifo nosso).

Para Henrique Borralho João Francisco Lisboa “é aquele que compreendia que existia no Brasil, mais precisamente no Maranhão, ‘uma correlação de forças entre ‘civilização’ e ‘barbárie’.” (BORRALHO, 2010, p.51).

É o jornalista, historiador e advogado por provisão maranhense que recebeu a comenda da Ordem da Rosa, membro da Real Academia de Ciências de Lisboa. Além de ser o crítico que em 1842 à testa do *Publicador Maranhense*, escreveu de maneira especialíssima naquelas folhas, com senso crítico e dialético a repressão do tráfico de escravos, a intervenção do Brasil no Rio Prata, e a queda de Rosas. Segundo Joaquim Serra o *Tímon Brasileiro* é um intelectual:

Menos purista que Odorico Mendes ou Sotero dos Reis, pois João Lisboa entendia que a língua tem necessidade de acompanhar os progressos e evolução da ciência e que, sobretudo no jornal, onde a ginástica diária aumenta-lhe a facilidade de movimentos, não deve ela permanecer nesse quietismo clássico, que é a negação da luta (IGNOTUS, 2001, p.82).

Talvez seja o precursor da expressão *Athenas*, pois Henrique Borralho no seu livro **A ATHENAS EQUINOCIAL: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro**. Relata que:

A primeira vez que a pesquisa detectou a expressão “Athenas” foi em 1851 nos folhetins de João Francisco Lisboa, escritos entre esse ano e ano seguinte, criticando a efervescência romântica, ufana, utilizadora dessa expressão desde a

década anterior. A idéia da Athenas caiu em solo fértil. O mito estava criado (BORRALHO, 2010, p.p 120-121).

João Lisboa é aquele dentre muitos que foram influenciados por Odorico Mendes, o redator do *Argos da Lei*, que denunciara os abusos de poder dos sucessivos presidentes de província e servira de inspiração para os jovens da época acerca da compreensão do papel social jornalístico. E em forma de agradecimento João Lisboa lhe retribuía com a publicação de uma biografia em 1865. Sobre ela Henrique Borralho enfatiza que João Lisboa ao iniciar:

A biografia de seu conterrâneo queda-se quanto ao desconhecimento da existência de uma literatura brasileira em Portugal, denunciando o desdém e o ar de superioridade que os portugueses sentiam ao avaliarem o grau de desenvolvimento cultural no Brasil a partir da transformação da língua de Camões, já que na antiga colônia, incorporam-se os “esforços nos meneios, as incorreções e os modernos gallicismos” (LISBOA, 1865, p.62) que tanto afetavam os descendentes do grande poeta quinhentista (BORRALHO, 2010, p.241).

João Lisboa é o que toma o desconhecimento da literatura brasileira em Portugal como “um dos tantos exemplos da ignorância dos habitantes daquele país d’além mar sobre quase tudo que processava no império americano, excetuando-se os preços de câmbio, mercadorias, movimento marítimo e empórios comerciais” (BORRALHO, 2010, p.24). Sobre a idéia de construção da Athenas Equinocial, Borralho afirma que:

João Lisboa é um preposto à idéia bizarra de sociedade classicista em plenos trópicos, a uma Athenas Brasileira sem os pilares essências de uma sociedade com códigos culturais coadunados com seus princípios coerentes, com sua condição material e espiritual. Por isso mesmo é uma figura-chave, pois usa os mecanismos classicistas para derrubar os argumentos de uma sociedade que se pensa clássica (BORRALHO, 2010, p.356).

A utilização de João Lisboa enquanto crítico da Athenas é um contraponto às parcelas sociais que o elegeram enquanto integrante dessa iconicidade. Sendo assim “ao rejeitar esta simbologia, João Lisboa anuncia as contradições dessas parcelas, suas limitações, suas aspirações e os elementos de sustentabilidade do símbolo que o elegeram” (BORRALHO, 2010, p.357).

Por fim para a professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Maria de Lourdes M. Janotti:

Acima de tudo, João Francisco Lisboa é um pragmático. Como todos os intelectuais de sua geração, estava empenhado em construir, através da crítica, os fundamentos da nacionalidade: “O ensino da história resulta, portanto, mas é da infusão dos sentimentos de justiça e de moral, da aprovação e louvor constante do bem, da condenação inexorável do mal. Radicando-se profundamente nos ânimos, e perpetuando-se de uma a outra geração, estas noções servem para prevenir, e torna difícil, senão impossível, o regresso aos erros e crimes do passado. É assim que compreendemos a missão augusta e sacrossanta da história, cuja indulgência e compaixão, condenavam sempre em relação aos algozes, mesmo para com as vítimas nunca deve ir até ao silêncio” (JANOTTI, 1977, p.191.).



## E O Que Fazes Aí Sentado?

Pela Resolução nº14, de 28 de julho de 1901, da Câmara Municipal, foi o velho largo do Carmo denominado Praça João Lisboa, em homenagem ao insigne jornalista. Ao inolvidável, foi lhe erguido, em 1918, o monumento, obra do escultor francês Jean Magrou; primeiro na frente da igreja e, por último, no terço inferior da praça, Rua do Sol (LIMA, 2002, p.76).



Foto de Biné Morais<sup>3</sup>



Foto de Diego Chaves<sup>4</sup>

E o que faz aí sentado! Ó *Tímon Brasileiro*, grande *Jornalista da pena de ouro*, *Príncipe dos historiadores*, com seu jornal na mão, escutando fofocas com seus fiéis companheiros pombos, que utilizam sua estátua-monumento para fazer suas necessidades e lhe fazer companhia<sup>5</sup>. Olhando uma multidão de pessoas passando cotidianamente a sua frente para fazerem compras na Rua Grande, lancharem na sua praça e almoçarem no “come em pé”, confessarem seus pecados na Igreja do Carmo e negarem esmolas aos mendigos, sacarem dinheiro na Caixa Econômica e depois serem assaltadas.

Sem contar, as cenas amorosas assistidas por ele no fim da tarde proporcionadas pelos casais enamorados. Cenas de amor que com o chegar da noite tornam-se feias e vergonhosas com o grande número de pontos de prostituição ao seu redor, e que para tornarem-se trágico-cômicas, só faltariam ao *Phanteon*, se indignar noite a fora com as nádegas que são apresentadas e ofertadas em sua direção como se estivessem lhe fazendo um convite abusivo.

---

<sup>3</sup> Imagem disponível in: [www.passeiourbano.com.br](http://www.passeiourbano.com.br)

<sup>4</sup> Imagem disponível in: [www.passeiourbano.com.br](http://www.passeiourbano.com.br)

<sup>5</sup> Em São Luis a praça com o nome do Jornalista é tomada por pombos que ficam soltando excrementos em cima do seu monumento e divertido as pessoas que passeiam pelo local. É uma das mais bonitas e visitadas pelos maranhenses.

No entanto vamos analisar como se deu esse processo de monumentalização de um dos grandes intelectuais do século XIX, aquele que segundo Henrique Borralho “era o mais emblemático da pentarquia maranhense”.

Em 1901, pela Resolução nº14 de 28 de julho, da Câmara Municipal, fora o histórico Largo do Carmo denominado Praça João Lisboa, em “homenagem à memória do mestre incomparável do nosso jornalismo” (VIEIRA FILHO, 1977, p.108).

No governo de Luís Domingues surgira a idéia de se erigir uma estátua a João Lisboa. A lei estadual de nº582, de 24 de abril de 1911 autorizava o governo a abrir o crédito necessário ao levantamento da estátua. A obra foi contratada pelo Governo maranhense, sendo responsável pela realização do monumento, o escultor francês Jean Magrou, que segundo Vieira Filho seria aquele a quem:

Antonio Parreiras disse não passar de um simples marmorista de Paris, no que, aliás, tinha razão. Magrou é autor das estátuas jacentes de D.Pedro II e sua amada consorte, que fizeram sobre lápides em mármore de carrara mandadas erigir pela baronesa de São Joaquim na Catedral de Petrópolis, onde se encontram os restos mortais dos ex-imperadores, trasladados em 1925 (VIEIRA FILHO, 1977, p.110).

Quando a estátua chegou a São Luís foi para os porões do Palácio do Governo, ficando adormecendo em sono profundo, até que em 1917, na administração do Coronel Antonio Brício de Araújo, o mesmo tratou de tomar as providências necessárias para a montagem e inauguração do monumento. E felizmente após um ano, no dia 01 de janeiro de 1918, foi solenemente inaugurado. Falando na ocasião o professor Ribeiro do Amaral, o Intendente Clodomir Cardoso, e os acadêmicos Alfredo de Assis e Domingos Barbosa e o cônsul português Fran Paxeco.

O pedestal primitivo, desenhado pelo engenheiro Haroldo Figueiredo, foi mudado por outro ao tempo do governo Magalhães de Almeida. E na administração Paulo Ramos sofreu nova substituição, sendo que desta última vez não só o pedestal foi modificado, mas a própria estátua saiu do seu antigo lugar para ser colocada na primeira secção da praça, voltada para a Rua Nina Rodrigues. Segundo Domingos Vieira Filho:

O monumento de Lisboa causou certo desagrado aos maranhenses que o acharam pesado, inestético. Os jornais criticaram a obra e não se havia passado um ano da inauguração e já o pedestal rachava. A “Pacotilha” sempre ferina, comentou o fato nestas linhas: “Pobre João Lisboa! Dormiu nos corredores da Palácio quatro anos para ser emperiquitada numa droga daquelas!Que sina!(Ed. de 07-10-1919) (VIEIRA FILHO, 1977, p.111).

Em 1935, o prefeito Antônio Bayma ordenou, dizendo que para a facilidade do tráfego, o corte de algumas árvores da Praça João Lisboa. Desde então “começava a



prevenção contra o basto arvoredado do velho Largo, tornada realidade tristonha e revoltante seis anos depois, com a total reforma que sofreu em 1941” (VIEIRA FILHO, 1977, p.111).

A Praça João Lisboa era o coração, a alma, o centro nervoso da cidade onde funcionava um poderoso mecanismo de censura social, cadinho mágico, infalível, que urgia destruir para melhor poder afirmar, pela intimidação, o estatismo getuliano, garantido aqui, como em outras áreas do Brasil por um ostensivo aparato policial que deixava longe os esbirros de Pina Manique (VIEIRA FILHO, 1977, p.p 111-112).

Já Ribeiro Neto no seu trabalho sobre as Histórias contadas na Praça João Lisboa, no capítulo sobre as fofocas políticas no local relata que:

Costumavam os políticos, os poetas, os jornalistas, os causídicos, os empresários e os vagabundos reunirem-se em torno da estátua João Lisboa, ao cair da tarde, seguindo noite adentro, chegando, às vezes, até a madrugada. Vários assuntos eram abordados. Cada um dos participantes fazia referências desairosas com língua de serpente (RIBEIRO NETO, 2001, p.09).

Henrique Borralho ao pesquisar a evocação da memória e monumentalização da *pentarquia* maranhense enfatiza que:

A monumentalização da *pentarquia* encetada na composição urbana da cidade sob forma de logradouros, como pode ser vista, aconteceu ao longo do século XX e não durante a reverberação da existência de uma cidade balizada pelos princípios áticos, quando da existência dos seus supostos participantes e integrantes e a repercussão de suas importâncias para o desenvolvimento das suas respectivas áreas de atuação ao longo do século XIX. (BORRALHO, 2010, p.315).

Agora para se analisar o descaso social e cultural da Praça João Lisboa pode-se afirmar que com o aumento da ocupação da área urbana das cidades e a conseqüente criação de novos espaços lúdicos que atendem a uma nova dinâmica social. A iniciativa privada através de seus empreendimentos tem instalado novos espaços alternativos para atender as tendências e modismos contemporâneos, os espaços são, por exemplo: *shoppings centers, playgrounds, parques temáticos*, entre outros, que não são as praças públicas com seus monumentos históricos representativos abandonados sem segurança e preservação patrimonial.

Pensava-se até pouco tempo que esses novos espaços de lazer só atenderiam as classes médias e altas com bom poder aquisitivo. Essa perspectiva perdurou até que ocorresse uma nova dinâmica social capitalista, no qual dizia que todas as classes deveriam consumir o novo, o moderno, porque elas também dariam lucro e tinham que ser inseridas no discurso da igualdade e inclusão social. Daí a melhoria no acesso a estes novos locais, com as suas simples circulação, ou com o barateamento da sua utilização. Erivelto Garcia enfatiza sobre isso que:

Curiosamente, a mesma lógica da especulação imobiliária que havia devorado aqueles espaços urbanos tidos como “ociosos”, não-produtivos economicamente, para transformá-los nos tijolos de ouro com os quais se construiria a expansão industrial, essa mesma lógica descobriu nos novos espaços não-produtivos e na sua

transformação em espaços lúdicos e de lazer um filão altamente lucrativo, recuperando-os em formas mais contemporâneas, tornando essa mercadoria um bem de grande valor. Assim, se quase desapareceram os circos de periferia e os antigos nostálgicos e precários parques de diversões- porque o espaço lhes fora “requisitado” para finalidades mais “úteis”, surgiram os grandes complexos da indústria da diversão, a indústria da vertigem e do risco simulado que faz imenso sucesso em todo mundo; à extinção dos cinemas de bairro, ponto de encontro da vida local, contrapõem-se os novos cinemas de *shoppings*, modernos e impessoais; ao banho de rio e lagoas sucedem-se os parques aquáticos e as piscinas dos clubes e de grandes empreendimentos comerciais. Mesmo as ruas e praças da cidade, tomadas pela violência urbana, passaram a ser simbolicamente recuperadas, higienizadas e tornadas seguras na edulcorada, luminosa e atemporal cartografia urbana dos *shoppings centers* (GARCIA, 1996, p.21).

Isso responde a uma perspectiva, mas, no entanto, é um processo de extrema ambigüidade, pois opera na subjetividade das pessoas. Já que isso pode gerar perdas e danos pra uns e lucros e vantagens para outros, tanto do ponto de vista da qualidade de vida de nossas cidades e dos seus habitantes.

Deve-se por fim entender que as novas dinâmicas sociais nos impõem novos padrões de vida. No entanto, não devemos deixar esses padrões nos consumir ao ponto de sermos dependentes. Sob o mesmo aspecto deve-se avaliar o descaso político para com o estado de conservação e preservação deste patrimônio maranhense, não podemos ser dependes do Estado, seres inertes e etéreos, dependentes e omissos. Pelo contrário a primeira cobrança está dentro de nós, está na nossa memória, no que temos como valores, princípios e referências do passado.

Deveríamos passar pela João Lisboa e refletirmos sobre o valor da evocação da sua memória e de sua representatividade. Questionar o que aquele homem sentado, rodeado pelos seus fiéis companheiros pombos tem ainda a dizer, quem irá limpá-lo, o que o intelectual dos oitocentos representa para a nossa juventude?

Qual a sua importância para os intelectuais de hoje? Será que ainda dorme nos porões do Palácio? Quem irá acordá-lo? Quem terá a coragem de dizer um basta para os descasos e a violência extremada do local? Só sei que se não formos nós, muito menos será o poeta *Timbira*, que primeiramente terá que descer da sua palmeira no antigo Largo dos Remédios, andar pela Avenida Beira-Mar, subir a imensa ladeira da Rua do Egito, e finalmente chegar ao antigo Largo do Carmo para resolver o problema do seu grande substituto e crítico. Já que para Henrique Borralho:

O criador do Timon defendia a concepção clássica de civilização, por isso criticou o indianismo gonçalvino- vide que não compreendia um herói nacional vestido com penas e cocás. E isso explica também porque abandonou a luta em defesa dos balaios, quando estes, depois de tomarem a cidade de Caxias, ameaçaram marchar em direção à capital da província. O instrumental intelectual e político em apoio a Balaiada e aos balaios foi uma estratégia de luta contra o partido Cabano, mas, a

medida que a revolta recrudescia e aumentava a possibilidade de uma grande reviravolta na estrutura social e política da província, e quiçá do Brasil, a partir da insurreição de negros, forros, livres, pobres insurretos, revolucionando o cenário social, João Lisboa silencia no seu *Jornal a Chronica Maranhense* e o partido Liberal retirou seu apoio à causa revolucionária (BORRALHO, 2010, p.351).

Por tudo o que foi, é, e representa João Francisco Lisboa é que devemos ter cuidado para com a preservação do seu monumento, não sejamos injustos com ele, só porque fica sentado lendo e bisbilhotando as pessoas e situações degradantes a sua frente. Não esqueçamos o nosso *Tímon*, Henrique Borralho enfatiza que:

Timon, em grego, significa “aquele que venera”, mas o sentido da proposição do empréstimo deste pseudônimo utilizado pelo seu autor derivava do poeta grego existente no período clássico que desprezava a humanidade. O pseudônimo de Timon era o de João Francisco Lisboa, que, após a publicação do *Jornal de Timon*, em 1852, assumiu publicamente esta alcunha (BORRALHO, 2010, p.321).

Conservemos sua memória e exaltemos sua representatividade, vejamos o que Joaquim Serra tem a nos dizer sobre ele:

João Lisboa, o *Tímon* Brasileiro, além do seu indiscutível mérito como historiador e literato de primeira ordem, é uma alta sumidade no jornalismo periódico, e o seria sempre, não só no Brasil como em qualquer dos países mais cultos e adiantados do velho mundo (IGNOTUS, 2001, p.84).

Cultuemos o *Phanteon Maranhense* e sua Praça Monumento, pois sua singularidade é inalcançável e sua glória uma honra a todos. No entanto, esta apologia termina com as palavras de Henrique Borralho:

Pantheon ou Panteão em grego era o espaço de culto às divindades locais e estrangeiras que poderiam ser celebrizadas publicamente. Esta peculiaridade foi um traço de dominação a que os gregos submetem os povos conquistados: a permissão e não intromissão em seus caracteres religiosos, demarcando supostamente alteridade e responsabilidade. Como a Religião na Grécia Antiga ocupava lugar de destaque, o panteão ocupava na Ágora a iconicidade ritualística da sociabilidade urbana, fazendo com que os gregos prestassem a devida referência aos seus respectivos deuses, abjurando do princípio de decidir sobre suas vidas, concedendo a estes tal prelázia, cultuando-os e admirando-os como exemplos a serem seguidos, mas nunca atingidos (BORRALHO, 2010, p.1119).

## REFERÊNCIAS

- BORRALHO, José Henrique de Paula. *A ATHENAS EQUINOCIAL: a literatura e a fundação de um Maranhão no Império brasileiro*. São Luís. Edfunc, 2010.
- COUTINHOM, Mílson. *História da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão*. São Luís: Sotaque Norte Editora, 2008.
- CONDE, Myrcea Martins. *A trajetória liberal de João Francisco Lisboa: 1831-1841*. São Luís, 2001 (Monografia).
- MORIM, Edgar. *Cultura e Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- GARCIA, Erivelto Busto. *Ação Cultural, Espaços Lúdicos, e Brinquedos Interativos. In- O Parque e a Arquitetura: Uma proposta lúdica*. Campinas-SP: Papirus, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

IGNOTUS, (Joaquim Serra). *Sessenta anos de Jornalismo no Maranhão: a imprensa no Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *João Francisco Lisboa: Jornalista e historiador*. São Paulo, Ática, 1977.

LIMA, Carlos de. *Caminhos de São Luís: (ruas, logradouros, e prédios históricos)*. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO NETO, Felicino da Silva. *Histórias contadas na praça João Lisboa*. Brasília: abc BSb gráfica e editora LTDA, 2001.

VIEIRA FILHO, Domingos. *Breve História das ruas e praças de São Luís*. 2ªed. Maranhão, 1971.